

MARÍA XOSE AGRA : CIDADANÍA: FAMILIA E POLIS

Trátase de presentar unha lectura de xénero da cidadanía vendo a interrelación entre familia e cidadanía política, entre espazo privado e espazo público. Tras unha breve aproximación á relación entre goberno doméstico e goberno político nos dous grandes imaxinarios, isto é, Grecia e a Revolución francesa, insístease en que á hora de reinventala cidade hay que considerar a cidadanía hoxe, tanto no que atinxe á pertenza, como á dereitos/deberes, á participación e á representación, dende a igualdade e que, en consecuencia, isto require ter en conta as variadas e cambiantes formas, como poñen de manifesto recentes estudos, en que as vidas da xente, as súas familias, afectan e son afectados polas súas actividades como cidadáns. Desde esta perspectiva, e nun contexto de globalización económica, reinventala cidade supón atender á transformación das condicións "locais", ás novas prácticas nas que están implicadas as mulleres, aos novos "fogares transfoiteirizos", en definitiva ao que supón unha nova cidadanía.

RICARDO RODRIGUES: A REABILITAÇÃO DA CIDADE DE GUIMARÃES

Enquadramento Geográfico

"O Concelho de Guimarães fica situado no Norte de Portugal, na província do Minho, Distrito de Braga e na sub-região do Vale do Ave (Nut III); está limitado a norte e noroeste pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Braga, respectivamente, a sudoeste por Santo Tirso, Felgueiras e Vizela, a nascente pelo concelho de Fafe e a poente por Famalicão. É atravessado por várias vias: EE.NN. (101, 105, 106 e 206), o IC5/A7 e A11 e a breve prazo o IP9.

Possui uma área total de 24.232 ha, distribuídos pelas suas 69 freguesias. É um concelho densamente povoado, com cerca de 170.000 habitantes (prevendo-se atingir os 188.178 habitantes até ao ano 2010) e um dos mais jovens da Europa.

Morfologicamente o concelho de Guimarães é, de uma forma genérica, rodeado a noroeste pelos Montes de Outeiro e Penedice, Sameiro e Falperra, a norte pela Senhora do Monte e a sudeste pela Santa Marinha e Santa Catarina (Penha). A sul localiza-se o vale do Rio Vizela; de nordeste para sudoeste, dividindo o concelho, o Rio Ave com o seu extenso vale, e um dos seus afluentes - Rio Selho.

O clima desta região, caracterizado por Invernos frios e chuvosos e Verões quentes e ligeiramente húmidos, com amplitudes térmicas anuais relativamente altas, devido essencialmente à sua disposição geográfica (rodeada por serras e encaixada num vale). Actualmente, o concelho de Guimarães constitui uma das regiões mais altamente industrializadas do país e, conseqüentemente, empregadora de abundante mão-de-obra no sector secundário. Já os sectores primário e terciário apresentam uma participação inferior à média nacional. A mão-de-obra disponível é jovem, com forte participação feminina e com uma baixa qualificação. "¹

¹ in "http://www.cm-guimaraes.pt/pagegen.asp?.sys_page_id=463874"

Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães

O centro histórico de Guimarães, cuja história está intrinsecamente ligada à formação da identidade nacional de Portugal, conserva um conjunto de construções históricas que ilustram a evolução dos diferentes tipos edificados desde a Idade Média até ao século XIX.

Até meados de 1980, este conjunto de reconhecido valor formal encontrava-se num processo de rápida degradação física e social que parecia impossível travar.

Por estes factores a Câmara Municipal criou, em 1985, um gabinete municipal (GTL) para gerir um processo de recuperação do centro histórico.

Ao projecto de recuperação presidiam os objectivos de manutenção da população residente, proporcionando melhores condições de habitabilidade, e a preservação/reposição da autenticidade dos modos de intervir no património.

Em relação a este último ponto pretendia-se que intervenções levadas a cabo pelo GTL tivessem um carácter exemplar

constituindo assim actos pedagógicos e incentivos à iniciativa particular na reabilitação do centro histórico.

Neste contexto procedeu-se, em 1985, à recuperação da Casa da Rua Nova que constituiu a primeira intervenção do GTL. O reconhecimento da qualidade da actuação levada a cabo neste edifício com o Prémio Europa Nostra sublinhou os critérios de restauro adoptados e contribuiu enormemente como incentivo e exemplo às restantes actuações no centro histórico.

Na recuperação do conjunto edificado histórico promove-se a manutenção dos sistemas construtivos - granito, taipa de fasquio, taipa de rodízio. Para o efeito tem sido utilizada mão-de-obra local, materiais e técnicas tradicionais, não só no sentido de obter uma unidade construtiva como uma unidade formal e ambiental.

Nos últimos catorze anos foram intervencionados 328 edifícios, dos quais 103 (31,4%) foram objecto de intervenção com financiamento da Administração Central e Local e 225 (68,6%) intervencionados pela iniciativa privada sem qualquer participação. As intervenções no edificado classificam-se, essencialmente, em dois tipos: obras profundas (ao nível estrutural e reorganização espacial interior) e obras de beneficiação (reparação da cobertura e beiral, reparação de caixilharias, pintura de fachadas, bem como, sempre que necessário, a introdução de instalações sanitárias, de acordo com a capacidade financeira dos proprietários).

O GTL, através dos financiamentos internos e do governo central, tem estruturado um conjunto de actuações que, além dos edifícios, incide também nos espaços públicos como método para induzir o investimento do capital privado nos edifícios que confinam aqueles espaços.

Mantendo embora um carácter específico das diversas épocas da evolução da cidade legíveis nas diversas arquitecturas, matrizes cadastrais e nos novos desenhos dos espaços públicos, as intervenções nos espaços públicos confere-lhes maior dignidade também através da introdução de infra-estruturas até então muito deficitárias ou mesmo inexistentes (saneamento, rede eléctrica, rede de gás, rede telefónica, rede de televisão por cabo, etc.), assim como ao nível da iluminação pública, do equipamento/mobiliário urbano (papeleiras, quiosques, sinalética, etc.).

Através da reabilitação dos espaços públicos devolvem-se praças, largos e arruamentos à cidade, aos seus habitantes e visitantes, que com o continuado crescimento da cidade se tinham convertido em espaços caóticos de estacionamento automóvel.

Actualmente, encontram-se já reabilitados cerca de 90% dos espaços públicos da área intra-muros, salientando-se as zonas de peões (praças e arruamentos transformados em zonas pedonais), as vias motorizadas condicionadas (de acesso apenas a moradores), e vias com estacionamento lateral permitindo zonas de paragem na cidade histórica.

Estas actuações constituem uma valiosa contribuição pela autenticidade que têm mantido/reposto mas também pela reintegração da cidade histórica como lugar de encontro, de identidade e de cultura na CIDADE NOVA.

Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães (GTL)

Com base na estrutura criada em 1983 - Gabinete do Centro Histórico - é criado em 1985, no âmbito da aplicação do Despacho 4 SEHU 85, o Gabinete Técnico Local - GTL - estruturando-se o seguinte quadro de actuação: iniciar a progressiva adaptação do núcleo urbano histórico aos actuais modos de vida e às suas mais estritas exigências (de segurança, de conforto, etc.), conservando a sua identidade, para o que, para além da arquitectura, importaria sobretudo manter a população residente, pelo que se inicia uma sistemática recuperação e beneficiação das habitações; optar por investir, reabilitando, na requalificação dos espaços públicos, assim como em equipamentos e infra-estruturas, como estratégia indutora ou revivificadora do interesse privado; tanto quanto para repropor o centro histórico como núcleo de referência, através da qualidade da sua arquitectura e seus espaços urbanos, da modicidade da sua escala, da sua capacidade de acolher actividades que propiciam o encontro humano, ensaiando uma reabilitação formal e funcional de todo o "contínuo urbano", estreitando relações entre centro histórico e periferia, interconectando potencialidades e funcionalidades complementares.

O GTL é assim um projecto municipal que tem a incumbência de preservar, recuperar e revitalizar o Centro Histórico de Guimarães. Este gabinete funciona na dependência da respectiva câmara municipal, junto da área a reabilitar, e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar os projectos de reabilitação de espaços comuns e de recuperação de edifícios;
- b) Promover e acompanhar as respectivas obras;
- c) Propor ao município, nos casos em que tal se imponha, o realojamento temporário dos ocupantes dos fogos a recuperar e promover o seu realojamento definitivo;
- d) Informar e apoiar os proprietários e moradores para dinamizar a sua participação na realização das obras nos edifícios e na obtenção dos apoios financeiros;
- e) Dar parecer sobre utilização dos edifícios e espaços recuperados;
- f) Dar parecer sobre o licenciamento de obras na sua área de intervenção;
- g) Submeter anualmente à aprovação da autarquia o orçamento e a programação trienal, bem como o relatório de actividades.

O GTL depende directamente do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães (Dr. António Magalhães, desde 1990 até à data), sendo coordenado por uma Directora de Projecto - Arquitecta Alexandra Gesta (de 1985 até à data, com interrupção de três anos).

Actualmente integra uma Directora de Projecto, quatro Arquitectos, dois Engenheiros, dois Desenhadores Técnicos, um Fiscal e dois Funcionários Administrativos.

Com um rigor técnico e ético invulgares, recuperando tecnologias tradicionais, apoiando a formação e a recuperação de operários especializados nas velhas artes de construção, tomando e apoiando múltiplas iniciativas de âmbito sócio-cultural concluiu diversos projectos e obras de reabilitação.

No quadro das intervenções levadas a cabo pelo GTL poder-se-á estruturar um conjunto de quatro temas dos quais aqui se destacam apenas algumas das muitas actuações que têm sido realizadas ao longo dos últimos vinte e cinco anos:

- Intervenções em Edifícios Municipais - Cerca de 36 projectos e obras (Casa na Rua Egas Moniz, Biblioteca Municipal Raul Brandão, Postos de Turismo, Reformulação do Arquivo Municipal, Tribunal da Relação de Guimarães, entre muitos outros).
- Intervenções em Espaços Públicos - Cerca de 26 projectos e obras (Largo Cónego José Maria Gomes, Praça de Santiago, Largo dos Laranjais, Av. Alberto Sampaio, entre muitos outros).
- Apoio à Iniciativa Privada e Acompanhamento Técnico de Obras em Edifícios Privados - Cerca de 75 projectos e obras (Recuperação de diversos edifícios privados, substituição de caixilharias, entre muitos outros).

A teoria de intervenção pela prática aplicada pelo GTL, tem sido objecto de estudo por diversas de entidades, nomeadamente por faculdades nacionais e a ser efectuadas no sentido de uma aprendizagem "in loco" da prática de reabilitação urbana.

A exemplaridade dos resultados atingidos, o seu valor referencial e pedagógico - sobretudo num momento em que muitas cidades portuguesas desenvolvem intervenções de carácter similar - justificaram a atribuição de vários prémios nacionais e internacionais.

Depois do Prémio Europa Nostra, atribuído em 1985 a Fernando Távora pelo projecto de restauro e de adaptação da sede do próprio GTL, em 1993, pela primeira vez na história da Associação dos Arquitectos (que tradicionalmente premiava apenas autores individualizados), foi premiada uma equipa colectiva e municipal - a equipa do GTL de Guimarães - com o Prémio Nacional de Arquitectura para a melhor obra de conservação.

Seguir-se-á, mais tarde, em 1996, o Prémio da Real Fundação de Toledo, o Prémio Nacional Imagem da Cidade. No ano de 1999 com a reabilitação das Casas Alpendradas - Menção Honrosa - atribuído

pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Em 2001 recebe o Prémio RECRUA pela qualidade da reabilitação de um edifício na Av. D. Afonso Henriques e Rua de Vila Flor.

O Centro Histórico de Guimarães, através do projecto e gestão levados a cabo pelo GTL, tem visto o seu trabalho reconhecido aos mais variados níveis, nomeadamente através da integração na lista das cidades Património Cultural da Humanidade, e a cada vez mais rápida sucessão de artigos, de destaques e convites para comunicar a experiência de Guimarães em encontros e congressos, no país (também na própria cidade) e no estrangeiro (França, Espanha, Alemanha, Marrocos, Uruguai, Macau, Cabo Verde), com a contínua apresentação do trabalho a visitantes de universidades ou centros de excelência exteriores.

Plano de Urbanização de Guimarães

"A operação de reabilitação em curso do Centro Histórico de Guimarães teve como suporte uma normativa da qual se destaca o Regulamento de Intervenção no Centro Histórico de Guimarães (RICUH).

Foi desde sempre uma opção consciente e disciplinarmente assumida a não elaboração de um plano no sentido tradicional do termo, enquanto a experiência acumulada não tivesse sido testada e discutida interna e externamente.

O momento de fixar em documento legal as orientações e políticas urbanas torna-se mais eficaz e rigorosa se pressupõem uma prática verificada. O alargamento da área de responsabilidade e actuação do GTL corresponde a uma vontade política de tornar cada vez mais coerente e integrado o processo de modernização do Centro Histórico e a requalificação da cidade desenvolvida pelo menos até finais de 1980. Porque é essa a vontade política e convicção técnica foi assumido o compromisso com a UNESCO (através do ICOMOS) de elaborar um plano de urbanização para a cidade de Guimarães.

O plano de urbanização define a organização espacial de parte determinada do território municipal, integrada de planeamento da área delimitada. O plano de urbanização prossegue na planta o equilíbrio da composição urbanística nomeadamente estabelecendo:

- a) A definição e caracterização da área de intervenção identificando os valores culturais e naturais a proteger;
- b) A concepção geral da organização urbana, a partir da qualificação do solo, definindo a rede viária estruturante, a localização dos equipamentos, de uso e interesse colectivo, a estrutura ecológica, bem como o sistema urbano de circulação de transporte público e privado e de estacionamento;
- c) A definição do zonamento para a localização das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais,

turísticas, de serviços e industriais, bem como identificação das áreas a recuperar ou reconverter; (...)”²

² *in* Diário da República, *Apêndice N.º 109 - II SÉRIE - N.º 206 - 1 de Setembro de 2004, Aviso n.º 6451/2004 (2ª Série) - AP.*

Conclusão

À reabilitação do centro histórico de Guimarães preside esta atitude e dela decorre uma metodologia de projecto para a cidade, um projecto permanentemente testado e construído pelo desenho.

Experiências diversas são testadas num percurso lento de quem quer corrigir incorrecções já detectadas mas quer também ir experimentando soluções desenhadas com vigor e muitas vezes discutidas a medo que só a obra retirará a dúvida sempre latente.

Em 1983 Guimarães identificava uma realidade “comum” das cidades médias do norte de Portugal: degradação e perversão funcional do espaço público; caducidade da parca infra-estrutura básica existente; decadência progressiva do conjunto edificado, situação que se fazia acompanhar dos sintomas habituais da depreciação habitual da população residente.

No recinto das muralhas, este tecido tinha-se mantido densamente habitado, por uma população enraizada acusando alguns sinais de envelhecimento mas que suportava a vitalidade deste lado da cidade com usos e práticas de urbanidade que era imperioso manter e potenciar, e que por si só justificavam um programa de reabilitação urbana que encontraria o seu contorno e conteúdo na riqueza arquitectural e social desta cidade.

A intervenção sobre o conjunto dos espaços públicos e as infra-estruturas básicas pretendia e logrou restituir a cidade à estima pública desencadeando simultaneamente o processo de reabilitação do conjunto edificado (residência).

Estas renovações, acompanhadas simultaneamente por um conjunto de intervenções exemplares em edifícios de propriedade municipal, induziram como se desejava a mobilização da iniciativa e da poupança privadas. Gestão, Desenho e continuada estimulação dessas iniciativas permitiram até ao presente a reabilitação física e funcional de cerca de 25% da edificação privada.

Da pontualidade destas acções e da sua dispersão no tecido urbano obteve-se a inversão da natureza íntima da decadência opondo-lhe “um processo de contágio de iniciativas” emulando-se progressivamente o interesse e estima colectivas.

Com efeito, passados vinte anos, observa-se hoje o centro histórico de Guimarães: um núcleo revitalizado, conservando a sua identidade, adaptado ao modo de vida actual - um núcleo de

referência que é indutor de processos semelhantes ao longo do território.

"Para Guimarães queremos um centro histórico contínuo com a cidade, uma unidade urbana funcionalmente integrada, mesmo que morfologicamente diferenciada e mantendo a sua especificidade formal. Lugar recomendado pela sua qualidade específica e não esgotando funções que devem ser equilibradas e racionalmente distribuídas - lugar para estar, contemplar e percorrer, habitar e trabalhar."

Este processo de reabilitação tem sido (e pretende continuar a ser) exemplar e actua no processo de construção das áreas novas como meio de reaprendizagem da cidade contribuindo para superar a aparente incapacidade actual de se encontrar a resposta para a falta de qualidade do viver público.



Ortoimagem da cidade de Guimarães. Em destaque: área classificada (ao centro) e zona tampão.

Guimarães, 29 de Agosto de 2005

DANIEL ZARZA: PAISAXES URBANAS E CIDADES

1. La metáfora de la ciudad como bosque poroso. Ver y hacer la ciudad.
2. ¿Reinventar la ciudad si la cultura urbana tiene mas de cuatro mil años?.
3. Mantener la vitalidad de la ciudad española en la crisis urbanística presente, desde la renovada visión paisajística. Seguir construyendo la ciudad sobre si misma.
4. Paisaje urbano y arquitectura del paisaje internacional y nacional
5. Renovar nuestra mirada: una historia de los paisajes urbanos españoles.
6. Proyecto: Insertar la ciudad de nuevo en su territorio y región. La ciudad contemporánea como suma de paisajes conurbanos, rurbanos y ecopastorales.

MARTÍ PERÁN: CIDADES OCASIONAIS. POST-IT CITY

hola,
disculpa, voy un poco loco. mi idea es plantear idea
post-it de modo mucho mas amplio, pero para dossier
podeis utilizar articulo de www.ciutatsocsionals.net
os parece?

Ciudades ocasionales. Post-it city y otros formatos de temporalidad es un proyecto que investiga los distintos usos temporales que se solapan sobre el territorio urbano. Giovanni La Varra ha propuesto el concepto de post-it city para rastrear esta proliferación de situaciones fugaces, ajenas a las previsiones de la planificación convencional y de las "correcciones" políticas preestablecidas. En su planteamiento, las post-it cities son una especie de ciudades efímeras que infectan a la Ciudad ordinaria, a partir de unos usos no codificados, temporales, anónimos y con un implícito talante crítico. La propuesta es amplificar esta base hasta el concepto de Ciudad Ocasional para explorar el fenómeno desde las perspectivas ofrecidas por la arquitectura, el urbanismo y las artes visuales en todas sus posibles variantes .

Este centro de documentación viajará durante más de un año por distintas ciudades del mundo con el objetivo de investigar el fenómeno en función de las dinámicas específicas de cada área.

ENCARNA OTERO CEPEDA: SEMINARIO. URBANISMO E ARQUITECTURA ECOLÓXICOS

**O TERRITORIO , O SEU USO, A SÚA OCUPACIÓN, DEFINEN A GALIZA
TAMÉN COMO NAZÓN DE SEU**

1. URBANISMO, TERRITORIO, ARQUITECTURA E MEDIO (ECOLOXÍA)

Espazo, territorio, arquitectura - Criterio de equilibrio

Desenvolvemento

Riqueza

Xeración de Emprego

Materiais: Territorio xa construído

Urbanismo

Arquitectura con criterios sociais

O xa construído proveitálo. O novo que sería necesario

Innovación e Pensamento. Desde Galiza na Rehabilitación e no uso dos materiais: pedra, madeira, lousa

2. FUNCIÓN DA NOVA CIDADE

Rehabilitación que revitaliza os cascos e vilas

Recuperar as cidades e vilas como espazos de sustentabilidade e democracia

Gardar a diversidade social

Recuperar patrimonio construído en aluguer - Galiza reequilibrio territorial e o rexuvenecemento

Nova construción , calidade tamén nos seus materiais e na ubicación no territorio.

Demanda 2º vivenda efecto do encarecemento para poboación ordinaria que ve como a súa calidade de vida diminúe - Carga territorial (Auga, saneamento).

3. PASADO E O FUTURO

Galiza ten unha historia escrita no seu xeito de construír e de ocupar o territorio

O tempo castiga ao que non respecta o tempo na súa elaboración (obra nova de mala calidade).

Medio, territorio, democratización, acceso igualitario, participación na súa organización, transformación e uso para goce e cohesión social, o urbanismo, a normativa deben explicarse e compartirse coa xente implicada. Participación e democratización do urbanismo

4. CRITERIOS DE ECOLOXÍA E SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Diversidade social

Profesións e actividades diversas

Convivencia en espazos comúns

Tipos de Vida: comercio, xogos, diversión, trato humano, cultura. Que os espazos de convivencia xeren participación e cohesión social fronte os ghettos, violencia, vilas, núcleos e cidades de dimensións enormes como as grandes megalópolis.

BIBLIOGRAFÍA

Espacios de Esperanza . David Harvey - Ed. Akal

Puerca Tierra . Jonh Berjer - Ed. Punto de Lectura

JOSÉ ÁNGEL CUERDA: O DEREITO E A CIDADE SOSTIBLE

Ponencia estructurada en seis partes, con una introducción y un epílogo:

1. Ciudad: Cultura, espacio e indentidad.
2. Ciudad y bienestar.
3. La ciudad como escenario de la globalización.
4. La sostenibilidad. El desarrollo sostenible.
5. La dimensión social del desarrollo sostenible: la ciudad sostenible.
6. Avanzar hacia la ciudad sostenible: una nueva ciudadanía y otra manera de gobernar. La ciudad como pedagogía.

EDELMIRO LÓPEZ IGLESIAS: SEMINARIO. URBANISMO E ARQUITECTURA ECO-LÓXICOS

50 ANOS . ESTRUCTURA PRODUCTIVA

- 1- A estrutura produtiva sufriu unha fonda modificación
 - Concentración da poboación nas áreas urbanas e costeiras
 - Desagregación do mundo rural
 - Cuasi desaparición do mundo rural e da súa estrutura produtiva
- 2- Futuro. ¿Que salvar? , ¿O mundo rural é un Patrimonio Cultural - Natural?
 - A)- Compre dotalo dos seguintes contidos:
 - Traballo
 - Vida: equipamentos, servizos
 - Renovar e manter o Patrimonio Cultural - Natural
 -
 - B)- Funcións no Medio Rural
 - Ordenación do territorio
 - conflitos no uso do espazo rural
 - dos 3 millón de hectáreas que ten Galiza, 2 millóns están dedicadas á monte e ordenadas só 400.000 hectáreas.
 - C)- Revitalización demográfica. Non ten que ser a base de obra nova senón renovación e uso de núcleos existentes.
 - D)- Propiedade. Hai que intervir no sistema actual
 - ¿Unha terra (leira)? ¿un solar?
 - ¿Unha vivenda sen uso e sen conservación pode intervirse como patrimonio común?
 - ¿As terras abandonadas poden tamén ser só propiedade privada?
 - ¿Poden artellarse mecanismos de cesión para usos temporais sen perder a propiedade?

Exercicio práctico do Obradoiro "Urbanismo e arquitectura ecoloxicos" para as persoas participantes

11 vivendas á beira do río con muíños, a 10 Km de Ourense
 Núcleo no Concello de Barbadás
 ¿Cómo usariades vos ese patrimonio?
 Actividades no entorno, usos, etc.